

AFINAL HOUVE MESMO GUERRA?

António José Pereira da Costa

Coronel de Artilharia Reformado

1. Introdução

Passados que estão mais de quarenta anos sobre o fim da uma “guerra” na qual participaram quase um milhão de homens será tempo de uma análise mais ponderada, na qual sejam postos de parte substratos ideológicos e convicções adquiridas, mesmo que o tenham sido no terreno dos três TO, onde se desenrolou. Com este texto pretende-se realizar uma abordagem, de um outro ponto de vista, aos acontecimentos que marcaram, porventura do modo mais decisivo, a vivência no nosso país, durante os anos de 1961 a 1974, vulgarmente designados por Guerra “do Ultramar”, “Colonial” ou “de África”.

Dadas as características que a “Guerra” veio a ter – essencialmente uma luta, através das FA portuguesas, entre uma parte da população e as autoridades – a maneira como os africanos nados e criados naqueles territórios se relacionaram com os europeus, chegados da potência colonizante, ao longo de todo o processo de colonização, será a grande determinante do que veio a suceder. Efectivamente, a História é a resultante da estratificação de factos, ao longo dos séculos, e o momento que se vive tem sempre um largo lastro de acontecimentos a determiná-lo. Admitimos que um relacionamento mais tolerante e amistoso entre quem chegava e quem já estava teria, muito provavelmente, determinado uma interpenetração entre civilizações que, quinhentos anos após a descoberta, daria às sociedades das ex-colónias um fâcies diferente daquele que vieram a ter. Não foi esta a regra em quase todas as partes do mundo. Por norma, quem chegava sabia ao que ia, tinha objectivos concretos a atingir e partia da hipótese de que as superioridades tecnológica e até ideológica de que dispunha lhe concediam larga vantagem e, principalmente, direitos.

2. Linha Gerais da Evolução do Conflito

Prossigamos na análise, começando por realçar a desproporção entre os mais de quinhentos anos que durou a constituição do império (desde a chegada dos navegadores até à insurreição que terminou com a independência) e a relativa escassez de documentos de toda a espécie, que permitiriam, para cada território, a elaboração da marcha histórica, mesmo que apenas na definição das grandes linhas legislativas e administrativas. Seria importantíssimo, por exemplo,

ter uma visão, mesmo vaga, acerca do modo como, ao longo dos tempos, se terá processado a vida diária em cada território. Por motivos óbvios não é possível obter esta informação por extrapolação relativamente ao modo de vida na metrópole, este sim relativamente bem conhecido e por vezes bastante bem documentado. Podemos até, com bastante legitimidade, tomar a escassez de documentação como confirmação de que as possessões africanas viveram, pelo menos até aos anos vinte do século passado, num certo grau de abandono “descentralizado”. Aquele abandono seria determinado por três causas principais: as comunicações difíceis e lentas¹ (que impediriam que a administração central fizesse sentir, com brevidade, a sua acção e obrigavam a que o governo fosse localmente exercido de forma pouco controlada), o clima (sempre tido como insalubre e doentio, impróprio para a fixação dos brancos) e, durante vários séculos, uma falta de finalidade na posse dos territórios de além-mar. Com efeito, não se vislumbrou, durante séculos, nada mais útil a obter daquelas terras do que a mão-de-obra escrava e uma outra matéria-prima, produtos de uso mais ou menos sumptuário (madeiras, peles, etc.) e especiarias. É certo que, uma grande parte dos produtos que lá se pudessem obter ou para lá se pudessem enviar não chegava ao destino em condições de utilização, mas a exploração das riquezas dessas terras sempre foi feita de modo empírico e pouco esclarecido.

Ainda no capítulo da documentação, ou da falta dela, poderemos recolher mais elementos meramente indicativos no *Livro das Plantas de todas as Fortalezas (...)* de António Bocarro². Nele encontramos 48 plantas de fortificações, posicionadas entre Sofala (Moçambique) e Solor (cerca de 300 km a W de Timor), que apontam claramente para uma tentativa de domínio do mar pela ocupação de posições com elevado valor tático-estratégico e nunca com uma ocupação, em profundidade, dos territórios onde os portugueses desembarcaram. Desta forma de ocupação, ou melhor, desta disseminação de poder chegaram aos nossos dias as três possessões do Estado da Índia – três vértices de um triângulo marítimo de dimensões muito consideráveis, apresentando uma descontinuidade territorial que nada favoreceria a defesa – a cidade de Macau e a meia-lha Leste de Timor, o que atesta que se terá dado “um passo maior do que a perna permitia”. Outro tanto terá sucedido com a tentativa de ocupação da costa NW da África do Norte que se saldou por uma impossibilidade e cuja perda ou abandono atingiu

¹ Como simples exemplo da dificuldade de comunicações com a Índia, no caso vertente, veja-se o tempo que decorreu entre a ordem de Filipe III (datada de finais de 1632) e a dedicatória de António Bocarro (17 de Fevereiro de 1635) exarada no *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, cidades e Povoações da Índia Oriental*, produzida sob sua direcção, com plantas de Pedro Barreto de Resende. In. estudo sobre a referida obra realizado por Isabel Cid (pág. 13 do I Volume – Estudo e Índices). Basicamente, este conjunto de documentos seria um relatório determinado pela instância máxima da governação. Poderemos imaginar a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade de produção de outros documentos de controlo a níveis mais baixos.

² Ver o II Volume (Transcrição) e o III Volume (Estampas) da obra já citada.

situações de um dramatismo doloroso, para além de um desperdício de meios de toda a espécie. É sabido que, a partir da segunda metade do Séc. XIX, a prioridade passou a ser a África, já que o Brasil tinha tido o destino habitual das colónias rebeldes naqueles tempos. Decorreu pouco mais de um ano entre a saída do D. João VI daquela colónia e o Grito do Ipiranga. A Coroa Portuguesa nem esboçou um gesto contra a independência declarada por um príncipe português...nem tinha forças para o fazer.

O ideário que, durante os últimos anos de existência do Império, nos foi apresentado pelas instâncias do poder e divulgado a quem frequentou os diferentes graus de ensino não ajuda a um conhecimento objectivo da realidade vivida nas fracções do império e do modo como elas se relacionaram com a administração central, em Lisboa. Tudo é apresentado como se os territórios em causa não tivessem passado e houvesse uma relação de posse (abstracta, mas insistentemente apregoada, até se entranhar no inconsciente colectivo) entre o próprio povo metropolitano e aqueles territórios. Dá assim a impressão de que a situação encontrada foi simples consequência da “dilatação da Fé e do Império” e dos “novos mundos ao mundo” que os portugueses andaram a dar...

Surpreendentemente, nos mesmos territórios onde a “Guerra” teve lugar, as historiografias monárquica e republicana registam, de modo muito idêntico, um outro conflito insurreccional de características muito semelhantes, ao qual foi atribuída a designação de “Campanhas de África” ou “Campanhas de Pacificação”. Em linhas gerais podemos dizer que se tratou de um conflito intermitente, em alguns momentos fomentado e apoiado do exterior e repetidamente “encerrado”, ou dado oficialmente como tal, de um modo ao qual não podemos deixar de chamar, no mínimo, pouco claro. Esta situação levanta algumas questões e abre perspectivas de outros estudos. Na realidade, o uso do plural (Campanhas) comprova que houve várias (e nos três territórios) e, se foram “de Pacificação”, conviria determinar porque se realizaram, sendo certo que só é pacificado quem se subleva e só se revolta quem tem motivos (fortes) e condições (favoráveis) para tal. Teríamos, por consequência, umas “Primeiras Campanhas” e umas “Segundas Campanhas” distanciadas de um intervalo de tempo que, em alguns casos, nem sequer chegou a cinquenta anos. Dir-se-ia que, ao longo de pouco menos de um século, a agitação social naqueles territórios nunca deixou de estar presente, uma vez que o Poder teve repetidamente de sufocar focos de contestação (mais ou menos intensos) e tentar restabelecer a sua autoridade. Isto para não falarmos das sublevações que a historiografia “perdeu” e cuja pista, hoje, é difícil de seguir.

Concentremo-nos, agora, na análise genérica do modo como as populações das colónias se relacionaram com os europeus. Tudo começou com um contacto, por vezes um choque, entre

civilizações de diferentes níveis de evolução tecnológica e não só, no qual os europeus tentaram a exploração dos recursos locais – principalmente humanos – e os autóctones que, após um momento de surpresa, procuraram resistir-lhes.

A civilização que chegava, não só era mais evoluída tecnologicamente, mas também, detentora de uma religião que pretendia expandir e de concepções do mundo e modelos filosóficos, com os quais os das civilizações locais pareciam não poder competir. Acresce que a religião praticada pelos europeus era tida pelos próprios como única e perfeita e à qual, por consequência, todos deveriam converter-se. Tudo indicava, portanto, que as civilizações ditas inferiores seriam rapidamente “subjugadas” e assimilariam as novas regras que regiam as civilizações ditas superiores, cujos delegados acabavam de chegar. Conhecemos genericamente a composição das expedições que sucessivamente partiam de Lisboa, com destino às colónias, os seus métodos e os resultados da sua acção e tal é suficiente para confirmarmos que estes delegados ou agentes não seriam os mais representativos da civilização que chegava e os mais aptos para fomentar um bom contacto com a civilização residente.

Contudo, o contrário das civilizações asiáticas, as civilizações africanas não o podendo fazer pela força das armas, concentraram a sua resistência em três grandes áreas: a língua, a religião e os costumes, em última análise, os três principais pilares definidores de qualquer civilização.

A língua portuguesa que penetrou facilmente no Brasil, devido à fuga e extermínio dos índios e ao grande número de “imigrantes” oriundos de Portugal, nunca foi nem medianamente aceite pelos habitantes das outras regiões que se tentavam colonizar, na África ou na Ásia. Mesmo hoje, quando o português é a língua oficial de todas as ex-colónias, há nelas largas áreas onde a população não o fala, mantendo as suas línguas tradicionais. A atestá-lo podemos citar dois exemplos. Ainda hoje o português dificilmente rivaliza com o tétum em Timor e, na Guiné, as populações rurais e muitas citadinas falam os seus dialectos ancestrais, alguns sem expressão escrita ou, como no caso dos fulas e mandingas, exprimem-se num dialecto do árabe. O crioulo sobrepõe-se ao português, sempre que a diferença entre dialectos locais impede uma comunicação satisfatória. Cabe aqui referir que já à data da independência era assim, apesar dos “esforços de alfabetização” levados a cabo pelas autoridades, o que confirma, em absoluto, a recusa das populações autóctones em empregar a língua portuguesa.

No fundo, estamos perante algo semelhante à adopção das fronteiras da Conferência de Berlim, durante a implantação das independências africanas. Neste caso, foi a língua que serviu para marcar uma diferença em relação aos povos circundantes. Com efeito, se a definição das fronteiras retalhou etnias e regiões naturais, com os resultados que se conhecem e que dificilmente serão colmatados, a médio prazo, a adopção da língua da potência descolonizante

procurou consolidar a separação entre países recém-independentes e dotá-los de um idioma que lhes pudesse dar visibilidade e facilitasse o relacionamento internacional. Não havia, por isso, outra solução que permitisse dar um passo na aglutinação do país e projectá-lo na cena internacional.

A religião foi outra área em que as populações das colónias resistiram à penetração dos europeus. Em alguns casos, como na Índia, em Moçambique ou na Guiné sabemos que o cristianismo teve de competir com religiões muito evoluídas e em expansão ou já fortemente implantadas. Estão neste caso o budismo, o induísmo e o islamismo, mas outras formas de religião ancestrais, porventura menos evoluídas do ponto de vista filosófico e doutrinário, também não desapareceram, ficando o cristianismo, nas suas principais variantes, difundido de um modo muito modesto para quem se propunha converter populações em massa, numa gigantesca tarefa apostólica. Há a referir, todavia, que só Portugal assumiu esta tarefa como imperativo e, mesmo assim veio a descartá-la algum tempo depois.

É difícil dizer se as religiões já implantadas é que não permitiram a difusão do cristianismo, por estarem mais adequadas às necessidades espirituais e hábitos de vida das populações que as abraçaram, ou se foi o abraçar daquelas religiões que determinou a estrutura social que os portugueses encontraram, mas não restam dúvidas de que as conversões ao cristianismo poderiam ter sido muito mais numerosas.

No caso das religiões animistas, aparentemente frágeis de um ponto de vista a que podemos chamar doutrinário, filosófico ou teológico, verificou-se uma situação de encobrimento das práticas por parte das populações e uma fuga à emulação com a doutrina e filosofia das religiões praticadas pelos europeus. No fundo, não tiveram sequer necessidade de simular práticas religiosas que não eram as suas, pois, a dado momento, a expansão das religiões europeias deixou de ser uma prioridade para os colonizadores (Séc. XVIII e seguintes). O número de igrejas abandonadas e em ruína acentuada é hoje prova de que a religião que os portugueses trouxeram não vingou num terreno onde outras já estavam bem arraigadas.

Por fim, uma terceira área de resistência que se manifestou na recusa em abandonar muitas práticas e hábitos, alguns bem antigos, para adoptar os correspondentes europeus. É certo que os europeus procuraram não divulgar muitas das suas práticas e técnicas, o que lhes permitia manter a sua superioridade tecnológica e o correspondente domínio sobre as populações locais mas, no que respeita aos usos e costumes, estas preferiram sempre as práticas antigas às dos europeus. Obviamente que houve casos em que as práticas e os hábitos trazidos pelos colonizadores foram aceites pelos autóctones, como sucedeu nas relativas à saúde, mas é ainda hoje, perfeitamente perceptível a semelhança entre muitas aldeias do interior das ex-colónias

portuguesas e a reconstituição proposta pela ciência para as aldeias do neolítico. É paradigmático o sucedido hoje na Guiné onde há claras dificuldades, por parte das populações e autoridades, especialmente rurais, em utilizar edifícios administrativos, infra-estruturas logísticas, viárias e portuárias, deixadas pelos portugueses, para não falar do abandono completo de algumas localidades que, no passado, tiveram importância considerável.

Desta longa resistência, a que poderemos chamar passiva, mas marcante e eficaz, resulta que deveremos aceitar que o chamado “passado comum” que, por vezes, se evoca para justificar a necessidade do estabelecimento de uma ligação sólida entre os novos países e a potência descolonizante, foi algo que não foi, de todo, amistoso e, se bem vimos, é elemento aglutinador de qualidade duvidosa. Em última análise, estamos a “varrer para baixo do capacho” uma série de motivos e razões de queixa que até se podem perdoar, mas que não se esquecem. Há mesmo, ao longo de toda a colonização, episódios e situações que envergonham uns povos e revoltam os outros. Está neste caso o chamado “Massacre de Batepá³, ocorrido a 3 Fevereiro de 1953, em São Tomé e levado a cabo pelas forças policiais e pela população civil branca do arquipélago. A História não se esquece, ignora-se ou relembra-se, sempre que se julgar necessário ou oportuno. As tensões foram-se avolumando lentamente e a atestá-lo temos a revolta de uma parte da população das colónias contra as autoridades de direito (segundo uns) ou de facto (segundo outros). A História mostra que a projecção de força contra colónias rebeldes não é boa solução, mesmo que tal possa ser feito com grande violência e riqueza de meios, e terminou, por vezes a curto prazo, sempre com a derrota da potência colonizante. E tanto assim é, que houve países que preferiram conceder a independência às suas colónias, logo que nestas se perfilou pelo menos uma força política que a exigisse, renunciando totalmente ao uso da força contra essa ou essas forças. Tal foi caso da Espanha e da Bélgica.

A solução adoptada por Portugal foi única e há quem diga que nenhum outro país fez melhor ou, pelo menos resistiu tanto tempo, considerando os meios disponíveis ou aplicados e as condições políticas nacionais (principalmente) e internacionais. As autoridades portuguesas procuraram, durante 13 anos, sufocar uma revolta que coroava um descontentamento velho e só poderiam queixar-se de si próprias. Os apoios materiais que conseguiam obter não foram

³ Começou por ser um problema laboral, à volta da situação social e laboral dos trabalhadores das “roças”, que rapidamente passou a uma sublevação da população e que foi esmagada com grande violência, ao ponto de morrerem de sede, mais de 20 pessoas detidas numa prisão de dimensões diminutas. O governador da colónia, o então coronel de artilharia Carlos de Sousa Gorgulho (12 de Dezembro de 1898 – 15 de Novembro de 1972) que dirigiu a repressão, foi ilibado, já em 1955, num processo de averiguações relativo à sua acção. As autoridades pretenderam detectar “ligações a elementos estrangeiros”. COSTA, António José Pereira da, (2008) *Os Generais do Exército (III Vol. II Tomo)*, ficha biográfica n.º 20-0717.

suficientes e revelaram-se dispendiosos e, ao fim de algum tempo, o próprio potencial humano, especialmente oriundo da metrópole, começou a revelar-se insuficiente para o esforço exigido. Não foi por falta de aviso que a revolta surgiu “surpreendendo” as autoridades. Vários teóricos, mais ou menos próximos do regime político em vigor, a tinham previsto – Henrique Galvão⁴ e Hermes Araújo de Oliveira⁵, entre outros – e tinham ficado mal vistos, como mensageiros da desgraça. As suas opiniões foram sufocadas, mas o pior é que não tenham sido tidas em conta. Mas, mesmo assim, a marcha dos acontecimentos políticos em África no final dos anos 50 não poderia augurar nada de tranquilizador para quem fosse inteligente, apesar de defensor das teses ditas colonialistas e imperialistas.

A posição política dos países limítrofes manifestou-se num apoio variado e, por vezes, muito intenso aos partidos revoltosos, sem que, contudo, o governo português, alguma vez, tivesse usado esse apoio como *casus belli* para os atacar, no terreno. O apoio militante surgiu mesmo de países, como a Suécia, cujos interesses diplomáticos e económicos andavam bem longe daquela área e que, não praticando um apoio bélico directo, mas antes “humanitário” e logístico, poderia, na altura da descolonização, ter sido mais rápida a reconhecer a independência da Guiné. Mesmo a reacção de Portugal, a nível diplomático, foi pouco mais do que tímida, talvez porque o governo soubesse bem o ridículo a que se prestaria se tentasse uma atitude mais drástica. O resultado da invasão da Índia e as condições em que se processou deveriam ter constituído um outro sinal premonitório do que se iria passar. Mas não foi assim e o governo optou por desprezar a situação concreta em que daí em diante teria de actuar. Porém, se a repressão resolvia o problema a nível interno, na cena internacional a situação só piorava.

O guerrilheiro é um cidadão armado, lutando contra um poder constituído. Reivindica para si a designação de resistente, mas não escapa à de terrorista no conceito das autoridades a que se opõe. No caso de Portugal, os guerrilheiros receberam outras designações, por vezes eufemísticas, como tresloucados, ou com a vaga conotação política de “agentes do comunismo internacional”. Numa manobra propagandística que veio a revelar-se contraproducente, o governo começou a usar o vocábulo “guerra” para designar as operações anti-guerrilha que tinham lugar nos três territórios onde a guerrilha tinha efectivas condições para progredir, uma vez que, nas ilhas atlânticas, o ambiente operacional não permitia o lançamento de acções de guerrilha. Esta definição inexacta acabou por criar dificuldades – externas e internas – à

⁴ Henrique Carlos Malta Galvão (Barreiro, 4 de Fevereiro de 1895 – São Paulo (Brasil), 25 de Junho de 1970), oficial do Exército seguidor das ideias triunfantes com o golpe de 28 de Maio de 1926, mas que se afastou progressivamente do referido ideário especialmente depois de ter exercido funções administrativas em Angola e ter sido “deputado independente” à Assembleia Nacional onde procurou chamar a atenção do governo para a situação político-social que se vivia em Angola e no restante Ultramar.

⁵ Hermes Araújo de Oliveira (1917 – 1981), oficial do Exército, pensador e estudioso de temas de estratégia, após a II Guerra Mundial, especialmente sobre África, Guerrilha e a Guerra Subversiva.

política praticada. No exterior, o governo considerava a situação como um problema interno, não sendo tolerados reparos ou censuras de qualquer espécie e vindos de quem viessem, enquanto no interior, o fenómeno era apresentado como uma guerra que era necessário ganhar, por múltiplos e variados motivos que, com o tempo, começaram a carecer de significado. Alguns tornaram-se hilariantes como a necessidade de realizar a guerra para dar tempo à política para actuar ou fazer a “guerra” até que o desenvolvimento económico e social anulasse os motivos evocados pela guerrilha para a sua acção.

Outros, como o “direito histórico” eram manifestamente obsoletos, desde a Conferência de Berlim que fixou o que eram os efectivos direitos de posse das “metrópoles” sobre as colónias. De qualquer modo, os guerrilheiros não deixavam de ser portugueses – maus portugueses – que deveriam merecer punição severa, como seria óbvio. Contudo, sempre que eram capturados não eram julgados, mesmo que tivessem importantes funções na guerrilha. Tal sucedeu apenas num caso e com um estrangeiro, o capitão cubano Peralta. Carecerá de explicação que se tivesse dado aos guerrilheiros, cidadãos portugueses embora prevaricadores, um vago estatuto de prisioneiro de guerra e a um estrangeiro que era seu apoiante o de um violador da lei nacional.

3. Conclusões

Apesar de as operações anti-guerrilha que se desenrolaram, entre 1961 e 1974, na Guiné, em Angola e em Moçambique, terem atingido graus de violência muito elevados, não poderemos falar de uma guerra no sentido habitual ou clássico do termo. Tratava-se de uma guerra subversiva o que, por definição⁶, pressupõe a existência dos dois beligerantes seguintes: as autoridades constituídas e uma parte da população. Nesta situação, esta pode ser uma parte relativamente pouco significativa – em número, que não em actividade – do total da população. Não havendo memória de um levantamento total da população de um território contra um invasor ou ocupante, teremos de considerar a existência de uma parte da população – mais ou menos considerável – que colabora com as autoridades, enquanto a maior parte, espera para ver, assumindo numa atitude passiva, visando a defesa do seu padrão habitual de vida. Normalmente sofre muito com violência, mas não parece deixar rasto histórico muito acentuado.

A posse ideológica da população é, portanto, o grande objectivo a atingir, sendo que, estabelecida a contestação, a reversão da situação é uma tarefa lenta a decorrer durante uma ou

⁶ Ver a definição de Guerra Subversiva em “O Exército na Guerra Subversiva” (*Tomo I – Generalidades*), edição do Estado-maior do Exército, (Pág. 63).

duas gerações e nunca pela força. Por outro lado, a paralisia da acção das autoridades já considerada como vitória da subversão.

No caso de Portugal – e talvez, no dos outros seis países que ocuparam a África – nunca poderemos falar de uma aceitação por parte das populações autóctones dos hábitos, religiões e língua dos colonizadores. Estes assumiram uma atitude de sobrançeria que atingiu a violência e a escravatura, visando a imposição dos seus valores. A resposta foi a recusa e a resistência passiva que se manteve até aos nossos dias. Esta resistência determinou uma agitação subterrânea que nunca foi extirpada e que se manifestou sempre que as condições o permitiram. Sempre que a repressão se tornou insuportável a revolta estalou, habitualmente afogada em sangue, o que não resolveu o problema, se não o agudizou. Desta política de “tapar o Sol com a peneira”, fingindo que não se passava nada e amaldiçoando os mensageiros das más notícias, resultou uma mistura explosiva que, logo que as condições (especialmente internacionais) o permitiram, determinou o detonar de um fenómeno sociológico em que o racismo – essencialmente uma questão cultural – não deixou de estar subjacente.

A resposta das autoridades sedeadas na metrópole manifestou-se através da projecção de força contra as populações rebeldes, materializada pelas forças armadas à custa do potencial humano da metrópole, numa primeira e longa fase. Depois, talvez porque começou a ser perceptível um desenlace desfavorável, procuraram as autoridades realizar a “africanização” da guerra. Esta reacção já é, em si mesma, a confissão pública da derrota. Com efeito, se a sintonia entre o sentir das populações, genericamente consideradas, e as autoridades fosse um facto incontroverso, a população apoiante destas teria, desde logo, ajudado a esmagar a contestação. Trata-se, como se sabe, da manobra comum ao ocupante, invasor ou dominador de um território, quando confirma que não consegue prosseguir nos seus intentos. Este último patamar da guerra subversiva tem frequentemente custos elevados para as populações de um dado território após a saída do exército ocupante. Os EUA puseram esta manobra repetidamente em prática, por vezes de forma muito dramática e com os resultados perversos que são conhecidos, como é o caso do Vietnam. De qualquer modo é a população que volta a estar em jogo o que continua a remeter para o campo da sociologia.

Ainda no caso português, a contradição insanável criada pelo facto de as autoridades metropolitanas terem duas leituras para o que estava a acontecer, consoante falassem ou agissem no exterior ou no interior, cria uma situação insustentável, em ambos os campos. Se, no primeiro, o isolamento e o abandono, sem hostilidade clara, pela generalidade das nações, como a situação internacional aconselhava, não constituía problema de maior para o governo, o mesmo não se podia dizer da grande contradição que se avolumava na população

metropolitana. É provável que as populações da Angola e Moçambique nunca tivessem vislumbrado o fim do fenómeno. Na essência, poderemos considerar que eram dois territórios de grandes dimensões, sendo que em ambos, ele decorria apenas em cerca de metade da área. Que fariam aquelas populações se alguma vez tivessem equacionado o modo como a “guerra” poderia acabar? E contudo, não faltavam exemplos por toda a África...

Em resumo, poderemos afirmar que a Guerra “do Ultramar”, “Colonial” ou “de África”, foi essencialmente um fenómeno sociológico. Decorreu do modo como a colonização foi sendo feita, ao longo de cinco séculos, e do choque, em diversos planos, de duas civilizações, atingiu graus de violência e contra-violência elevados que conduziram a um desfecho senão previsível, pelo menos altamente provável desde o início e muito principalmente, se se lutava pela posse benévola da população e não pela posse do terreno é a sociologia que terá de fazer a última interpretação deste fenómeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCARRO, António, (datável de 1634/35). *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, cidades e Povoações da Índia Oriental*, de Edição da INCM, (Nov. de 1992), ISBN-972-27-0444-3, analisada e comentada por Isabel Cid.

COSTA, António José Pereira da, (2008) *Os Generais do Exército (III Vol.; II Tomo)*, ISBN 978-972-99011-5-7, Dep. Legal 199938/03, Edição da Biblioteca do Exército.

MONTOITO, Eugénio, (2005) *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio (1927-1952)*, ISBN 972-99298-8-2, Dep. Legal 230885/05, Edição do Centro de História da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, Hermes Araújo de, (1960) *A Guerra Revolucionária*, Lisboa, Edição sob patrocínio da Academia Militar.

OLIVEIRA, Hermes Araújo de, (1949) *A Guerrilha na Guerra Moderna*, Lisboa.

EME (1963). *O Exército na Guerra Subversiva, (Tomo I – Generalidades)*, Estado-maior do Exército, Lisboa 28 de Fevereiro de 1963, (O. E. n.º 2, 1.ª Série).

António José Pereira da Costa

Coronel de Artilharia reformado, tendo terminado a sua carreira activa, como Director da Biblioteca do Exército, em Dezembro de 2011. Cumpriu duas comissões de serviço, na Guiné, como subalerno (1968/69) e capitão (1971/73), num total de 38 meses de presença no TO.

Ex-comandante do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (1993/94), na altura a funcionar na Cidadela de Cascais, desenvolveu um trabalho de investigação materializado no livro *“A Cidadela de Cascais: Pedras, Homens e Armas”* publicado, em 2003, numa parceria do Estado-maior do Exército com a Câmara Municipal de Cascais.

Tendo como matéria o estudo das fortificações ribeirinhas do Guadiana (Séc. XVIII e XIX) produziu o livro *“À Defesa da Vila Real”*, publicado em Outubro de 2011, com o patrocínio da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Incidindo sobre as fortificações de Castro Marim e áreas limítrofes, publicou o livro *“Dos Fortes Reza a História”*, com o apoio da Câmara Municipal de Castro Marim, lançado em 24 de Junho de 2013.

Colaborou na elaboração do I Volume da obra *“Os Generais do Exército Português”*, publicada pelo Estado-maior do Exército (Setembro de 2003) e coordenou a elaboração do II Volume (I e II Tomos) e III Volume (I e II Tomos) desta obra, relativos aos anos entre 1807 e 1961 e publicados em Junho de 2006 e Março de 2008, respectivamente.

Coordenou a elaboração do livro *“O Palacete do Camarista-real”*, projecto de investigação apoiado pelo Gabinete do General Chefe do Estado-maior do Exército, sobre o Palacete Almeida Araújo, em Queluz (Setembro e Novembro de 2011).

Colaborou com a Câmara Municipal de Cascais, nos projectos: *Dicionário da História de Cascais* e *Hospitais com Memória* e na obra *“Palácio da Cidadela de Cascais”*, editada pelo Museu da Presidência da República, após a reabilitação do Paço da Cidadela de Cascais.

Tem publicação de trabalhos na área da História Militar de Portugal dispersa na Revista de Artilharia, no Boletim do Arquivo Histórico Militar, na Revista *“Almorsor”* da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, no Boletim Cultural do Município de Cascais, na Revista *“Ler História”* do ISCTE, no Jornal do Exército e na Revista Militar.

Proferiu conferências sob os auspícios da Câmara Municipal de Cascais, do Rotary Club de Cascais, da Biblioteca Raúl Brandão (em Guimarães) e da Biblioteca Municipal de Castro Marim.